

O nacional e o estrangeiro na crítica machadiana: período inicial

The national and the foreign in Machado's criticism: the early period

Marcos Rogério Cordeiro Fernandes

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte / Brasil

r.cordeiro1@uol.com.br

Resumo: O artigo propõe uma análise dos escritos de crítica de Machado de Assis pertencentes à sua fase inicial, de 1856 a 1880. O objetivo é discutir as noções de nacional e estrangeiro como valores constitutivos da literatura brasileira, aproveitando as conclusões do escritor quando analisa obras da literatura e do teatro produzidas no Brasil. Veremos que os termos, longe de se negarem mutuamente, mostram-se complementares e problematizadores da realidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Machado de Assis; crítica literária; nacionalismo.

Abstract: The paper proposes an analysis of Machado de Assis's writings that belong to the first period of his literary criticism, from 1856 to 1880. The aim is to discuss the national and foreign notions as values that are constitutive of Brazilian literature, taking advantage of the writer's conclusions when he analyzes literature and theater oeuvres produced in Brazil. We will see that these concepts, far from negating each other, prove to complement each other and to problematize Brazilian cultural reality.

Key words: Machado de Assis; literary criticism; nationalism.

Recebido em 23 de maio de 2016.

Aprovado em 17 de agosto de 2016.

Entre 1856 e 1880, Machado de Assis publicou – entre artigos, resenhas, segmentos de crônicas e cartas – cerca de duzentos escritos de crítica literária e teatral. São trabalhos de teor diverso, que vão do comentário de circunstância sobre as últimas novidades ao ensaísmo mais rematado com um sistema teórico por trás. O período corresponde às tentativas de modernização econômica do Segundo Reinado, que previam mudanças sem, contudo, mudar as estruturas: latifúndio, hierarquia, escravidão e monopólio ficavam inalterados, o que inibia transformações profundas.¹ Tudo fazia parte do movimento abrangente do capitalismo como sistema econômico, alterando as bases materiais das sociedades e o alinhamento das nações. No Brasil, nos meios mais progressistas, essas prerrogativas levaram à convicção de que ilustração, progresso e democracia caminhavam juntos e ajudariam a superar os impasses do velho regime universalizando os princípios modernos. Tais ideias incrementavam discussões públicas e se imiscuíam nas artes, chamando a atenção do jovem Machado para elas. Isto exigia um trabalho de meditação sobre a forma artística dentro de uma teoria estética coerente, ampla e depurada o suficiente para abranger as duas artes (teatro e literatura) sem diminuir o interesse pela especificidade de nenhuma delas, trabalho esse veiculado por uma intuição dialética mediante a qual a análise do caráter estético revela a realidade social que se encontra cifrada nas obras. Na verdade, um exame cuidadoso mostra claramente qual o propósito mais frequente nesses escritos: inserir o significado artístico no seu contexto histórico mais imediato.

Essas considerações destoam do ponto de vista que reconhece em Machado um escritor que, ainda na qualidade de crítico, só se preocupa com os aspectos propriamente artísticos, como se esses aspectos não fossem manifestações históricas eles mesmos.² Não é essa, no entanto, a postura do próprio Machado, cujo esteticismo – se podemos falar assim – se realiza por meio de uma concepção realista,³ levando à compreensão

¹ Uma análise detalhada em função da obra machadiana se encontra em Faoro (1988).

² Remeto aqui a alguns estudiosos, principalmente os que defendem mais enfaticamente essa ideia: Baptista (2003; 2014), Fuentes (2001), Wood (2009), Brandão e Oliveira (2011) e Bernardo (2011). A questão é colocada com um ponto de vista diferente por Schwarz (2012) e, depois, retomada por Bueno (2013).

³ Machado de Assis enfrentou muitas vezes o problema do realismo nos seus escritos de crítica, nos quais se percebe duas opiniões diferentes. Isso não significa indecisão, paradoxo ou ambiguidade da parte do escritor, mas se deve principalmente ao fato de

da linguagem literária ou teatral dentro de um quadro social de referências que influi nela por sua vez.

Outro vezo da crítica recente é ver em Machado um tipo de universalismo que ele não só não possuía como, ao contrário, combatia de diversas maneiras.⁴ É claro que Machado era um escritor de porte universal⁵ e, como se sabe, ele vangloriava as artes estrangeiras, mas isso não significa tê-lo como alguém que visa o universal como maneira de desabafar a condição local. Localismo e universalismo não eram noções abstratas para ele, que os via como determinações históricas. Se fosse assim, ele não cultivaria, como de fato se deu, a ideia segundo a qual

reconhecer o contraditório da matéria: para Machado, o realismo se mostra o meio de composição mais adequado e necessário para a realização artística enquanto método de percepção e conhecimento crítico da realidade histórica; por outro lado, como ditame estético delimitado por premissas de uma escola literária em particular, entende que o realismo se mostra limitado e de insuficiente força de formalização. A famosa crítica de Machado dedicada a *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, que suscitou um forte debate nos meios culturais do Brasil e de Portugal, é o exemplo mais conhecido – e não único – de que ele tinha claro que o conceito de realismo possui mais de uma acepção e de que se fazia necessária uma revisão crítica a seu respeito. Em todo caso, sobressaem exemplos nos quais Machado – mesmo sem dar nome ao conceito – promove a busca de uma compreensão desbanalizada do problema mediante a análise de obras que internalizam e incorporam a realidade histórico-social como parte integrante da forma. A esse respeito, ver, por exemplo, os artigos de 25 de setembro de 1859, 2 de outubro de 1859, 1º de janeiro de 1860, 24 de julho de 1861, 27 de outubro de 1862; 6, 13 e 27 de março de 1866, 15 de maio de 1863, 24 de março de 1873, 16 de outubro de 1878 e 30 de abril de 1878, reunidos em Assis (2008; 2013).

⁴ As implicações objetivas do universalismo face ao problema da constituição da literatura brasileira aparece em diversos artigos de Machado. Tratarei principalmente de dois – “O passado, o presente e o futuro da literatura” e “Notícias da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” – que estão entre os mais abrangentes e estruturados do autor.

⁵ A recepção machadiana no exterior é um ponto importante de discussão, mas excede o enfoque dado aqui. É bom considerar que esse interesse crescente da crítica internacional pelo escritor se mostra, por si só, um sinal de universalismo de sua obra, mas não vamos misturar as coisas. Constatar a alta qualidade artística de Machado de Assis não o torna inespecífico. A comparação com grandes escritores ingleses, franceses, espanhóis, russos etc. – até certo ponto um importante ângulo de questão –, não o torna inglês, francês, espanhol ou russo, do mesmo modo que não torna qualquer escritor estrangeiro brasileiro como o nosso Machado.

as condições concretas do processo brasileiro penetravam as camadas profundas da forma estética; para ele, não era possível ou desejável que tal condição sumisse na conformação artística.⁶

Portanto, vale a pena insistir que esteticismo e cosmopolitismo não são convicções para Machado e sim princípios de reflexão, que só podem ser devidamente compreendidos na relação com seus contrários, ou seja, valor estético deve ser pensado junto com realidade social assim como as questões relativas ao universalismo se esclarecem quando postas em relação com as condições locais. Isso não quer dizer simplesmente que esses fatores apresentem dois lados. O fundamental para se reconhecer a força do pensamento machadiano é ver que eles se encontram implicados entre si e com o contexto histórico mais amplo (econômico, social e cultural). Assim, a dialética nacional e estrangeiro como questão da arte brasileira (na literatura e no teatro) recompõe a realidade histórica em outro plano, e não se pode tratá-la como um mero debate restrito ao campo das argumentações. Este, aliás, é um aspecto fundamental da obra machadiana, no modo como ela espelha uma complementaridade entre a crítica e a ficção: para além do debate conceitual, a visão histórica se impõe e mesmo opera nas mediações artísticas, de maneira que, na ficção, o autor apura um método de conhecer a realidade histórica através da forma artística, enquanto que, na crítica, põe em prática um método de dominar a forma artística através do conhecimento da realidade histórica.

O interesse aqui é discutir como Machado foi elaborando suas opiniões sobre literatura e teatro em função do significado dessas artes no interior do processo brasileiro. A primeira coisa a notar é a relação entre arte e realidade social, que constitui o seu ponto de partida para pensar sobre o trabalho de criação, as técnicas de representação e de composição, a coerência formal da obra, a comparação entre elas, o talento dos escritores, o interesse do público etc. Tudo isso aparece como dados estruturais imanentes à forma artística.

Tome-se como exemplo “Ideias vagas: a comédia moderna”, de 1856, quando o escritor contava apenas dezessete anos. O momento era de reorientação temática e formal do teatro: de um lado, peças de teor neoclássico que veiculavam assuntos universais de maneira a-histórica, exibindo virtuosamente técnica com o propósito de provar a capacidade das produções locais de imitar com perfeição uma ideia

⁶ Esse assunto será tratado mais adiante, no decorrer da análise.

de arte verdadeira; de outro, o repertório romântico, excessivamente melodramático, puxado para o convencional em termos de dramaturgia e situando temas irrelevantes no centro da representação. A oposição a essas duas frentes vinha com a comédia realista, focada no cotidiano, na vida familiar e nos costumes, forçando a linguagem com intenção de naturalizá-la, despi-la do excesso de formalismo. O pano de fundo histórico apontava para a ascensão da moral e do gosto estético burgueses, que promoviam, passados mais de trinta anos da independência política, as tentativas de se descolar da imagem de ex-colônia e adotar feição contemporânea às transformações em curso no resto do mundo, levando a uma recomposição social que atingia principalmente as camadas médias urbanas, público-alvo do teatro da época. Nesse quadro, o crítico Machado de Assis vai procurar refletir sobre a necessidade de o teatro não só incorporar a visão de mundo dessa classe social – que representava o avanço histórico – mas ainda a transformação social em si que, menos que promovida por uma classe em particular, promovia-se de modo a incorporar essa classe em um sistema de relações mais amplo. Para Machado, o drama deve plasmar essa formação social, internalizando as suas disposições mais gerais, que são, afinal, marcas de especificidade. Trata-se de uma visão realista matizada – não de escola – que busca decalcar a realidade social presente transfigurando-a, isto é, em vez de somente presentificar em ato as configurações mais gerais da sociedade (ideologia, costumes, sociabilidade, instituições etc.) o drama estiliza os movimentos inerentes da modernização, que faziam nossa sociedade formalmente mais diversificada e dinâmica – isso do ponto de vista de um Machado coerente com a ideologia liberal-burguesa. A concepção realista do autor consiste não apenas na estilização da sociedade matizada, mas, principalmente, na estilização da matização da sociedade: “Ao teatro ver a sociedade por todas as suas faces: frívola, filosófica, casquilha, avara, interesseira, exaltada, cheia de flores e espinhos, dores e prazeres, de sorriso e lágrimas!” (ASSIS, 2008, p. 108). Transparece aqui a ideia de que o teatro deve se afastar dos moldes estabelecidos para adaptar-se plasticamente à realidade imediata: aspectos diversos da sociedade são incorporados como técnica de representação, mostrando não só a sociedade em suas diversas configurações como também esculpindo diferentes técnicas de representação para estilizar essa multiplicidade de situações sociais. Também se deve observar que Machado fazia associação entre o progresso na arte e na sociedade: o teatro era por ele

definido como “uma página brilhante pela qual se conhece o grau de civilização de um povo” (ASSIS, 2008, p. 107). Desse ponto de vista, a França – “sede das civilizações modernas” – assume a ponta e serve de modelo a ser imitado. Está posta a relação entre realidade local e imaginação universal (ela mesma realidade também), mas posta de um jeito ainda não definitivo. Os termos *local* e *universal* são sobrepostos, pois o crítico ainda não vê a tensão que existe entre eles e demonstra acreditar que se harmonizam naturalmente no processo histórico em curso.

Retomando o fio, Machado defende a modernização do teatro superando as convenções clássicas e românticas e, em contrapartida, aderindo ao movimento da sociedade, o qual deve ser estilizado. Aparece aqui uma noção de forma artística objetiva: se o estilo nasce da organização social de um dado momento e um dado local, ele precisa ser encarado como algo específico, diferente do que poderia ser se o mesmo ocorresse em tempo e espaço sociais diferentes. É isso o que o escritor enfatiza na comédia moderna, sua capacidade de formalizar uma realidade particular em detrimento da reprodução de formas trans-históricas. Nessa mesma lógica ele incorpora o contraditório: a referência mundial com seu prestígio de praxe. Isso cria uma contradição implícita nos seus argumentos e na sua lógica, contradição que será reformulada depois.

Como se disse, os termos da questão estão postos neste primeiro artigo – sobrepostos, é bom repetir – ainda sem o enfrentamento conceitual que virá a apresentar. De qualquer modo, é um ponto de vista constituído como parte do processo que se seguiu à formação do Estado nacional e à criação de seus símbolos. Instado em um país periférico, Machado de Assis não demonstra nenhum tipo de recalque, mas toma a situação como prerrogativa que se impõe por si mesma. O interesse pelo desenvolvimento da sociedade se mostra mais agudo nessa situação, pois o Brasil tinha mais o que superar. A questão não era tanto – como na França citada por Machado – atualizar a arte e a sociedade em função das demandas do capitalismo incipiente, mas seguir os passos dos que o fizeram. Por esse caminho, entendemos que de fato Machado recusa as indeterminações formais da arte pela arte, firmando a opinião de que a literatura e o teatro se encontram implicados em uma estrutura que os sobredetermina de muitas maneiras: “a arte não pode aberrar das condições atuais da sociedade e perder-se no mundo labiríntico das abstrações” (ASSIS, 2008, p. 132). Também aqui encontramos

uma acepção realista de fundo, segundo a qual a renovação formal não segue simplesmente as intuições do artista criativo; esse, aliás, tem uma realidade atrás de suas costas que determina essa intuição por sua vez, delimitando de maneira concreta seu raio de ação: “o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende” (ASSIS, 2013, p. 65).

É importante frisar que Machado de Assis não vê a mudança artística como uma competição de maestria, mas como etapa necessária para acumulação e superação de técnicas e formas; tampouco a vê como um movimento autônomo, independente da realidade. Para ele, a dita mudança acompanha o desenvolvimento histórico como um todo: “a arte, como todos os elementos sociais, tem se apurado” (ASSIS, 2008, p. 171),

Vê-se que os problemas concernentes ao desenvolvimento das artes são direcionados no sentido de se compreender as condições objetivas para isso, uma análise bem matizada na qual o estético e o histórico se esclarecem mutuamente. Por essa perspectiva, o crítico reconhece o fato de o país ter uma experiência histórica *a posteriori*, levando a cultura nacional a “lutar contra a indiferença da época” (ASSIS, 2013, p. 61), enquanto tem seus melhores talentos “sufocando debaixo da atmosfera de gelo” (ASSIS, 2008, p. 131). Neste artigo de 1859, Machado começa a atentar para as diferenças estruturais entre níveis diferentes de desenvolvimento cultural. A condição brasileira é dependente, mas isso não significa que esteja à parte do mundo, e sim integrada – embora de forma subordinada – aos centros culturais influentes. E aqui temos o outro lado desse senso dialético de realidade: a baixa e má qualidade artística do teatro e da literatura nacionais se deve à situação lateral do país frente às mudanças em curso. Sendo assim, qualquer sinal de depuração artística, não bastasse aparecer espaçada e isoladamente, se mostra dependente de um impulso externo. Logo, o trânsito de formas modernas colocava as diferentes culturas em relação de troca, disponibilizando recursos e procedimentos artísticos que não surgiam por si mesmos no país: “o passado literário, quer seja o da velha Europa, quer seja o da infância americana, encerra sempre lições fecundas e necessárias” (ASSIS, 2013, p. 302). Não se trata, porém, de um fenômeno restrito ao campo da cultura e da arte: ele abrange também o mundo da política, com imagens vagas de democracia e liberalismo (ASSIS, 2008, p. 138; 205; 209, 2013, p. 69-70); das ideias, emancipando o talento e a inteligência (ASSIS, 2013,

p. 73); e da economia, com esperança de industrialização e livre-comércio (ASSIS, 2013, p. 75).⁷

Articuladas e em mútua determinação, essas diretrizes da realidade social juntamente com a arte e a cultura, compõem um quadro cheio de contradições. Vista por outro ângulo, a importação de formas em ambiente rarefeito como o nosso resulta muitas vezes em um desalinho tão grave quanto aquilo que se quer superar. Diante desse dilema, Machado o explica com acurado senso materialista na carta endereçada a José de Alencar em 1868:

Confesso francamente que, encetando os meus ensaios de crítica, fui movido pela ideia de contribuir com alguma coisa para a reforma do gosto que se ia perdendo e efetivamente se perdeu. Meus limitadíssimos esforços não podiam impedir o tremendo desastre. Como impedi-lo se, por influência irresistível, o mal vinha de fora, e se impunha ao espírito literário do país, ainda mal formado e quase sem consciência de si? Era difícil plantar as leis do gosto, onde se havia estabelecido uma sombra de literatura, sem alento, sem ideal, falseada e frívola, mal imitada e mal copiada (ASSIS, 2013, p. 337).

Vê-se que a sobredeterminação histórica se impõe ao indivíduo e que toda iniciativa necessita de contexto para se efetivar. Bons anos antes, refletindo sobre o teatro, ele já identificava esse lado do impasse cultural que nos afligia:

O teatro tornou-se uma escola de aclimação intelectual para que se transplantaram as concepções de estranhas atmosferas, de céus remotos. [...] Não tem cunho nacional; reflete as sociedades estranhas, vai ao impulso de revoluções alheias à sociedade que representa, presbita da arte que não enxerga o que se move debaixo das mãos (ASSIS, 2008, p. 134-135).

O avanço e a retração da cultura nacional sob o influxo de uma “torrente invasora” estrangeira (ASSIS, 2013, p. 337) sublimavam as especificidades locais. Em uma situação como essa, a nossa literatura e

⁷ Artigos publicados em 25 de setembro de 1859 e 2 de outubro de 1859, 25 de dezembro de 1859, 1^a de janeiro de 1860 e 10 de janeiro de 1859, respectivamente.

o nosso teatro deixam “de ser uma reprodução da vida social” e passam a representar “uma galeria bastarda, um grupo furta-cor” (ASSIS, 2008, p. 136-137). Nota-se que mais uma vez arte e cultura são veiculadas por uma perspectiva abrangente: a contrafação vivida no plano das formas é um aspecto configurado do processo histórico. Ora, se, como vimos, as formas artísticas não são abstratas, nem frutos da imaginação pura ou apenas experiências de linguagem, mas o extrato estilizado das formas históricas, então a concepção de uma literatura nacional ultrapassa de longe o debate conceitual e passa a representar uma realidade difícil de apreender por si só. A preocupação de fundo de Machado, aquela que de certo modo determina a questão da literatura e do teatro nacionais, é saber até que ponto o traço de nacionalidade de obras submetidas a esse sistema de produção e criação pode ser reconhecido como tal. O significado essencial desse impasse da forma artística é uma consequência da formação social, esclarecendo-se uma através da outra: “a civilização perde unidade [e] vai copiar as sociedades ultra-fronteiras” (ASSIS, 2008, p. 136). Civilização aqui, é bom dizer, vai no duplo sentido de representar uma sociedade orgânica – com vida econômica, política, social e cultural determinadas a partir de sua organização e dinâmica internas – e de espelhar um ideal de progresso econômico, entre outros aspectos, que refletisse o apuramento artístico a partir das conquistas da modernidade capitalista.

Essas considerações são importantes como precaução diante da tendência da crítica atual em inserir Machado de Assis na época contemporânea à custa da sua própria,⁸ incorrendo, nesses casos, num tipo de anacronismo muito comum quando não se leva a história a sério. O correspondente concreto dessas ideias (bem como as ideias mesmas) possui um significado bem diverso do que assumiu nos dias de hoje, de maneira que fazer essa aproximação pode levar a equívocos de lado a lado. Isso não quer dizer que aquele mundo não possua poder de revelação do mundo atual e nem que Machado não possa por sua vez revelar esse mundo, só que tal revelação não é tão óbvia. Não se trata de uma questão de semântica, mas de estrutura e forma, que, por definição, fazem parte igualmente da arte e da realidade.

Essa ordem de questionamentos ganha força com o artigo mais importante do escritor, “Notícias da atual literatura brasileira: instinto

⁸ Ver, por exemplo, Almino (2005) e Jackson (2009).

de nacionalidade”, publicado em 1873 na revista *Novo Mundo*. O periódico foi fundado por jovens membros da oligarquia cafeeira paulista residentes em Nova York para cumprir uma etapa dos estudos e que de lá passaram a professar o liberalismo: eram favoráveis ao desenvolvimento industrial, regime republicano, livre-comércio e trabalho livre, além de à democracia e internacionalização (CAMPOS, 2001). O artigo de Machado se encaixava bem em suas premissas mais gerais e de algum modo as reforçava, pois ambos estavam empenhados em modernizar as estruturas internas do Brasil sem abrir mão de uma concepção renovada de nacionalidade.

Transcorridos tantos anos, esse artigo paga um alto preço pela notoriedade, servindo de assunto para interpretações diversas, muitas vezes com teses opostas à do autor. É comum atribuir-lhe um caráter de modernidade, o que até certo ponto o aparta do rumo das discussões da época, ou tomá-lo isoladamente, correndo-se o risco de corromper suas descobertas.⁹ Não é o interesse agora desenvolver esse assunto, mas é preciso lembrar que o tema da nacionalidade vinha sendo debatido com acentuado avanço em alguns trabalhos de José de Alencar, Antônio Deodoro de Pascoal, Capistrano de Abreu, Joaquim Norberto e Morais Filho entre outros. Destaco ainda Santiago Nunes Ribeiro, cujo teor de seu “Da nacionalidade da literatura brasileira”, de 1843, se faz perceber no ensaio de Machado. O objetivo aqui é reconhecer e especificar o vínculo desse artigo com outros do próprio escritor, especialmente “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858, cujos temas são retomados, desdobrados e aprofundados em “Instinto de nacionalidade”.¹⁰

No que diz respeito ao caráter nacional da literatura feita no Brasil, um largo espectro de questões vem de acarreto, perfazendo as múltiplas determinações em causa. O indianismo, por exemplo, aparece em 1858 como algo artificial, inautêntico, sem força para fazer representar o país (“a poesia indígena, bárbara, não é a poesia

⁹ Alguns trabalhos mais recentes – com contribuições palpáveis a respeito desse ensaio – correm o risco de distorcer a discussão ao deixar de inseri-lo no contexto maior da produção de crítica de Machado. Nesse sentido, ver Werkema (2012) e Bellin (2014).

¹⁰ Para facilitar a exposição, optei por não informar a localização de cada passagem desses artigos. As citações encontram-se, no caso de “O passado, o presente e o futuro da literatura”, nas páginas 61 a 68, e no de “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade”, nas páginas 429 a 441 de Assis (2013).

nacional”), concepção mantida, mas relativizada pelo contraditório no artigo de 1873. Nesse, embora reafirme a falta de ligação orgânica entre a cultura literária brasileira e os costumes indígenas, pondera que “tudo é matéria de poesia” e que “não é lícito arredar o elemento indiano de nossa aplicação intelectual”. Nestes exemplos se percebe a acumulação crítica de Machado: por meio de um tema tão particular, ele procura o encaminhamento para o geral e o indianismo ressurge como tema “tão brasileiro como universal.”

Algo semelhante toca o problema da constituição propriamente brasileira da nossa literatura. No primeiro artigo, Machado de Assis defende a superação de modas estrangeiras – que pareciam mais francesas do que na França – em busca de algo autêntico. A razão dessa posição não é simplesmente uma questão intelectual do escritor, mas o seu comprometimento com as mudanças históricas promovidas no país. Poesia, romance e teatro são comentados para que se veja, em cada um deles, um modo singular de operar essas mudanças, uma vez que tudo se encontra em relação com a realidade atuante por trás. Em 1873 o escritor retoma a análise sobre os gêneros literários – sua forma de composição, seu amadurecimento no país e os modos de integrar à fatura estética as questões extraestéticas que se impõem – reafirmando sua disposição geral. A diferença não é tanto de juízo crítico, mas de acumulação crítica: em “Instinto de nacionalidade”, Machado é mais criterioso e desenvolve seu ponto de vista mediante uma apreciação apurada do objeto de análise.

Também existe acumulação na perspectiva historicizada sobre o problema. Nos dois artigos prevalece a visão segundo a qual a constituição da nacionalidade brasileira é parte de um processo longo. Isso fica explicitado no emparelhamento dos argumentos: em 1858, Machado defende que a independência literária não se fará de pronto: “para esta não há gritos do Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado”; em 1873, volta à carga, realçando a necessidade de um trabalho mais estruturado: “esta outra independência não tem sete de setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo”. Aqui se enfatiza o papel civilizador do esforço social coletivo, no sentido de situá-lo como parte de um processo histórico em curso. Mas, se em 1858, Machado abjura os escritores coloniais, cujas obras, segundo ele, conservam “um caráter essencialmente europeu,

[...] escravizando-se em vez de criar um estilo todo seu”, em 1873, ele ressalva o esforço desses mesmos escritores que buscaram “em roda de si os elementos de uma poesia nova” e insiste não ser apropriado exigir-lhes independência formal se não havia condições para uma independência efetiva no plano da realidade. Nota-se que o problema é encarado de duas maneiras, a segunda sendo pressuposto da primeira: no primeiro artigo, a realidade é chamada para cobrar atualidade da literatura; no segundo, ela é concebida como mediadora das determinações artísticas. Existe, nesta mudança, um amadurecimento da questão histórica como dispositivo interno da literatura, reforçando a ideia de que Machado não descolou esses dois campos. Não se trata de um esforço da parte dele em resolver os impasses formais de maneira puramente teórica, especulativa, mas sim de entendê-los como produto da experiência concreta, cuja demanda residia no papel da nacionalidade como sistema complexo de mediações reais e artísticas ao mesmo tempo.

O empenho de Machado está em saber como o nacional se formou na literatura brasileira, como deve operar no interior das obras literárias e qual a lógica efetiva entre esse processo e o campo de forças da literatura estrangeira. Em “O passado, o presente e o futuro”, o nacional aparece como fundamento último da literatura produzida no Brasil; a autonomia é um estágio a se alcançar, superadas as contingências que retroalimentam os influxos externos; existia, enfim, a crença ou esperança de que, abolida a dependência política, a literária viesse como consequência natural. Neste contexto, o nacional se confundia com o genuíno – feitas as ressalvas aos clichês da cor local – e o estrangeiro com uma deturpação a se evitar. Mantidos os eixos principais do problema, “Instinto de nacionalidade” altera essa perspectiva em favor da redefinição do nacional, ou melhor, a recontextualização de seu papel no interior da tese da nacionalidade literária: o nacional não aparece mais como fim e sim como mediação da literatura. Talvez essa alteração se deva menos às leituras sistemáticas que Machado passou a fazer de autores estrangeiros e que começaram a repercutir nos seus trabalhos maduros (lembre-se que ele contava apenas dezenove anos quando publicou “O passado, o presente e o futuro”), do que ao desencanto que nele foi crescendo com relação ao tipo de ilustração que o processo brasileiro incorporou e à atuação de classe que a elite – que dirigia tal processo – pôs em prática. Evidentemente, isso tem consequências sobre a cultura da jovem nação, que, *pari passu* ao movimento de ruptura com os valores metropolitanos,

promoveu o contramovimento de continuidade histórica, mantendo as estruturas arcaicas do período colonial e emperrando os princípios que o processo de independência pressupôs (como democracia, liberalismo, trabalho livre, participação popular etc.) e é bom lembrar que Machado adotou esses princípios e argumentou muito em seu favor. Assim, as assertivas de “O passado, o presente e o futuro”, segundo as quais haveria uma emancipação definitiva quando o país se livrasse da força “influyente de uma literatura ultramarina”, são modalizadas em “Instinto de nacionalidade”, em que o autor defende não estabelecer “doutrinas tão absolutas que empobrecam” a nossa literatura. A partir daqui ele procura pontuar os parâmetros dessa equação. Vale a pena ler o trecho inteiro:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

Os termos da dita equação são: 1. a literatura nacional deve se inteirar da sociedade presente para representá-la; 2. isso deve ser uma técnica, não uma prisão; 3. o escritor deve se impregnar de seu tempo e país; 4. ele não precisa descrevê-los, podendo, ademais, transfigurá-los em outro contexto; 5. o outro contexto não é abstrato, sem tempo e espaço, mas tão concreto quanto o do autor; 6. devem ser superados os clichês da cor local, tida como representação duvidosa da referencialidade imediata. Em outras palavras, “em vez de *elementos* de identificação, Machado buscava *relações e formas*. A feição nacional destas é profunda, sem ser óbvia” (SCHWARZ, 1989, p. 166).

As análises mais recentes sobre as ideias e obras de Machado de Assis, bem escoladas nos princípios teóricos contemporâneos, começaram a inovar o tratamento dado a essa questão, vinculando a perspectiva do escritor com o que se entende hoje como globalização.¹¹ Ao que parece, existe nisso muito de superinterpretação, embaçando bastante uma compreensão adequada do pensamento do escritor. Esse não tinha condições para predizer o que aconteceria, mas se encontrava – ideia

¹¹ Ver Baptista (2003; 2014), Wood (2009) e Fitz (2004).

muito estranha a essa linha de interpretação – totalmente impregnado da visão do próprio tempo: quando se refere às conquistas que deverão repercutir no futuro, por exemplo (e isso aparece nos dois artigos), está fazendo uso de um expediente retórico que visa acentuar a necessidade de intervenção e mudança no presente. Por outro lado, é certo que determinadas estruturas do passado atravessam barreiras e chegam – mesmo modificadas – ao nosso presente, mas é preciso reconhecer que existem e quais são as diferenças substanciais entre essas estruturas e as atuais para que se possa entender cada uma e a relação entre elas.

Esquemáticamente, podemos levantar duas objeções teóricas a essa linha de análise. Em primeiro lugar, é necessário insistir no fato de que a nação da época de Machado não é igual à de hoje, uma mudança de forma decorrente do processo histórico.¹² No século XIX, momento de expansão estrutural do capitalismo pelo mundo, era necessário romper os impedimentos coloniais sobreviventes e fortalecer as formações sociais particulares, além de garantir a independência jurídico-política dessas sociedades, pois isso permitiria um desenvolvimento mais geral – mas não igual – do sistema econômico em questão. O Estado-nação garantiria – por meio da coerção extraeconômica, da regulamentação de leis internas, das relações de trabalho, do controle de ativos internacionais de produtos e valores etc. – as condições de reprodução e expansão do sistema capitalista. No Brasil, como se sabe, o Estado-nação teve de adequar isso às condições objetivas internas, com a manutenção em contrário das relações servis e da conseqüente retração do público consumidor (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001). Essas condições não excluem o país do mencionado processo de internacionalização do capitalismo, mas especificam o seu lugar nele. No decorrer do século XX, a hegemonia estrutural do capitalismo se consolidou e com ela veio um novo ciclo de acumulação que modificou a função do Estado, tornando-o uma parte do mercado de bens e serviços. Segundo os teóricos contemporâneos, o mercado impôs sua própria lógica e subordinou os Estados aos seus ditames. Entre os fatores apontados como responsáveis pelo declínio do

¹² Essa constatação é refutada de saída por alguns estudiosos, que a consideram devedora de uma concepção histórica datada, como se – isso fica mais ou menos claro em cada autor – as categorias de hoje definissem a realidade daquele tempo. Sobrepeem, nesses casos, as implicações conceituais às históricas, consideradas menos conseqüentes na constituição da obra machadiana. Ver notas 2 e 11.

Estado-nação estão: a diminuição da promoção do bem-estar social nos países centrais do desenvolvimento capitalista; a perda progressiva do controle sobre a economia, que passa para agências como FMI, OMC e G8, por exemplo; a fragmentação das identidades sociais, que começam a ser regulamentadas pelas redes de comunicação etc. (WOOD, 2014). Acrescente-se a isso a circulação em escala global de pessoas, produtos e capitais em uma velocidade nunca vista antes, dando a impressão de ubiquidade das realidades distantes. Contra o ponto de vista que reconhece a paridade dessas duas épocas é preciso lembrar que tempos diferentes, com estruturas de funcionamento diferentes, diferentes lógicas de atuação e desenvolvimento, diferentes formas de composição social, bem como modos de produção diferenciados, embora possam ser comparados e entendidos como partes de um mesmo processo, não podem ser aproximados sem mais nem menos, pois a dessemelhança do semelhante é um imperativo teórico que nasce da própria realidade e se impõe a esse tipo de comparação.

Outra coisa a se discutir é a própria globalização, se se trata de fato de um fenômeno contemporâneo e se de fato prescinde do papel do Estado-nação. Quanto às origens, ela não se inicia no ambiente virtual dos computadores interligados, mas nos primeiros movimentos da expansão marítima e colonização dos continentes no século XVI: ali temos os primórdios da circulação intensa – mas controlada, como se sabe – de pessoas, produtos e capitais pelo planeta (CHAUNU, 1984). De lá para cá, a circulação mudou de forma para ampliar suas bases estruturais de funcionamento, não para eliminá-las. No que diz respeito à nação, sua aparente obsolescência mostra o contrário: agências como FMI etc. não possuem o poder de regulamentar de modo direto os diversos e tão diferentes contextos pelo mundo afora, cabendo esse papel aos governos, que, nada mais nada menos, são os representantes de Estados-nação independentes. Assim, o que se chama genericamente de globalização na verdade é um sistema de múltiplos Estados nacionais e não a sua supressão. Além disso, é bom reforçar, o capital e as pessoas não circulam livremente, mas são dirigidos pela chamada “mão invisível do mercado” – a sucessão de tragédias que arrasta os milhões de migrantes pelo mundo é uma prova disso. Atrás dessas determinações não existe um campo vazio no qual as nações aparecem como conceitos sem função real, mas nações bem organizadas que desestruturam outras, nações que invadem e quebram a autonomia de outras, nações que submetem a política de

outras, que condenam seus valores e costumes, que impõem todo tipo de normas com o único fim de atender seus interesses particulares etc.

Esses impasses não eram estranhos ao tempo de Machado de Assis nem ele era indiferente a eles. Além disso, o escritor demonstra clara consciência de que a expansão do mercado, a inovação tecnológica e a transformação cultural, que juntas respondiam pela modernização econômica, compunham um mesmo fenômeno global. Em uma passagem de “O passado, o presente e o futuro”, temos uma citação textual de Chateaubriand que revela a natureza histórica em processo: “Quando se aperfeiçoar o vapor, quando unido pelo telégrafo tiver feito desaparecer as distâncias, não hão de ser só as mercadorias que há de viajar de um lado a outro do globo, com rapidez de relâmpago; hão de ser também as ideias”. Machado completa em seguida: “Este pensamento é justamente o nosso” Ao mesmo tempo, reconhece a necessidade de discernir sobre o particular histórico, a nação, sua maior ocupação em “Instinto de nacionalidade”: “Meu principal objeto é atestar um fato atual: o geral desejo de criar uma literatura independente.” Trata-se, no caso, de um projeto socialmente disseminado, que mobilizava escritores, críticos, publicistas, historiadores, políticos e também o cidadão comum em dia com o passo do país ou mesmo do mundo, pois o nacionalismo era questão de ordem para as ex-colônias da América e para os países europeus recém-unificados territorialmente. Os românticos daqui e de fora abraçaram a política cultural afirmativa de formação nacional, embora apresentassem diagnósticos bem diferentes, que iam da xenofobia à ironia. O ensaio de 1858 mostra um Machado próximo ao nacionalismo romântico moderado, ciente do processo histórico, mas também o mostra militante, principalmente no tom da linguagem nos momentos de proposições. Quanto ao esteio da literatura romântica – a cor local e seus sucedâneos – apresenta já uma restrição ao seu uso indiscriminado, pontuando os efeitos contrários do que se pretende.

A interposição entre românticos e Machado é assunto cheio de nuances que podem levar às conclusões mais extremas. Creio que tanto na crítica quanto na ficção não ocorre propriamente, da parte do escritor, uma negação geral dos princípios do romantismo, mas seletiva, o que implica em assimilação parcial e escolhida dessa negação. No que diz respeito à relação nacional e estrangeiro, opor Machado e românticos é colocá-los no mesmo campo. Explico melhor: se o texto machadiano for entendido como libelo do internacionalismo literário à custa do específico

nacional (como se cor local correspondesse a tudo o que *específico* e *nacional* significam), então ele, sim, contrasta com os ideais gerais do romantismo, mas, neste caso, os dois pontos de vista ficam privados da perspectiva de um conjunto dinâmico. O salto teórico de Machado não está na inclusão do estrangeiro como parte da análise da literatura nacional, isso alguns românticos fizeram a seu modo; o salto consiste em constituir o nacional através do estrangeiro. Em Machado, o estrangeiro aparece transfigurado no nacional como nacional e nisto reside o aspecto propriamente moderno de seu pensamento crítico (e de sua literatura, podemos acrescentar, no que se refere à matéria e ao procedimento), quando o universal, sem deixar de ser universal, aparece como particular.

Como se sabe, existe um salto qualitativo que marca o desnível entre essa fase do escritor e a seguinte, cujo marco de ruptura é a publicação do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*. É preciso atentar que, dialeticamente falando, todo processo de ruptura corresponde ao seu contrário, de continuidade, do mesmo modo que a continuidade pressupõe rupturas internas. Pensando nos escritos de crítica, vê-se que Machado desenvolve e ajusta uma concepção artística que o vai acompanhar por toda vida, embora não do mesmo jeito. As mudanças que ocorreram nesse percurso representam menos troca de opinião do que depuração teórica, ou seja, quando Machado altera seu ponto de vista não está rompendo com as premissas iniciais, mas sim as incorporando à reflexão pelo contraditório, reorientando as tais premissas por força das demandas da realidade sociocultural. Tais mudanças significam – pelos motivos já lembrados – mais propriamente uma acumulação do que uma ruptura de concepção. Por isso, dizemos que a compreensão devida da chamada segunda fase machadiana pede o entendimento matizado e orgânico da fase inicial, na qual o trabalho crítico realizado pelo autor exerce um papel de esclarecimento tremendo, pois, como se sabe, Machado o incorporou como premissa de sua ficção. O interesse pela crítica machadiana, portanto, não se limita a ela mesma, pois representa uma linha de força interna de sua obra de ficção sem deixar de ser também um aspecto relevante sobre o que a literatura em si significava para ele.

Referências

ALMINO, J. Machado de Assis, a contemporary writer. In: ROCHA, J. C. C. (Org.). *The author as plagiarist: the case of Machado de Assis*. New Bedford: University of Massachusetts, 2005. p. 141-142.

ASSIS, M. *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. Organização de S. M. Azevedo, A. Dusilek e D. M. Callipo. São Paulo: Unesp, 2013.

ASSIS, M. *Machado de Assis: do teatro*. Organização de J. R. Faria. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BAPTISTA, A. B. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Unicamp, 2003.

BAPTISTA, A. B. *Três emendas: ensaios machadianos de propósito cosmopolita*. Campinas: Unicamp, 2014.

BELLIN, G. P. Machado de Assis e o “Instinto de nacionalidade”: o nacionalismo romântico sob suspeita. *Versalete*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 216-228, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaversalete.ufpr.br>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BERNARDO, G. *O problema do realismo em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BRANDÃO, R. S.; OLIVEIRA, J. M. R. *Machado de Assis leitor: uma viagem à roda de livros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

BUENO, L. Provincianismo e literatura mundial. In: SALES, G.; SOUZA, R. A. (Org.). *Literatura brasileira: região, nação, globalização*. Campinas: Pontes, 2013. p. 173-191.

CAMPOS, G. V. *O literário e o não literário nos textos e imagens do periódico ilustrado “O novo mundo”*. 2001, 240 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

CHAUNU, P. *Conquista e exploração dos novos mundos*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1984.

FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FITZ, J. E. John Barth, Machado de Assis and “the literature of exhaustion”. In: DIXON, P. (Org.). *Machado de Assis: the nation and the world*. Santa Barbara: University of California, 2004. p. 65-88.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FUENTES, C. *Machado de la mancha*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

JACKSON, K. D. A modernidade do eterno. In: ANTUNES, B.; MOTTA, S. V. (Org.). *Machado de Assis e a crítica internacional*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 55-75.

SCHWARZ, R. Duas notas sobre Machado de Assis. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 165-178.

SCHWARZ, R. Leituras em competição. In: _____. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 9-43.

WERKEMA, A. S. Estratégia de leitura da tradição literária brasileira na crítica de Machado de Assis. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, n. 9, p. 165-174, 2012. Disponível em: <<http://machadodeassis.net/>>. Acesso em: 5 maio 2013.

WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOOD, M. Entre Paris e Itaguaí. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 83, p. 185-196, 2009.